

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	73
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	15/05/2012	Ordinária		0,63338
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	15/05/2012	Preferencial		0,69672
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2012	Dividendo	25/05/2012	Ordinária		0,66069
Reunião do Conselho de Administração	03/05/2012	Dividendo	25/05/2012	Preferencial		0,72676

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.910.538	4.130.033
1.01	Ativo Circulante	579.880	744.771
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	675	44.469
1.01.02	Aplicações Financeiras	268.958	395.330
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	268.958	395.330
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	268.958	395.330
1.01.03	Contas a Receber	261.319	269.765
1.01.03.01	Clientes	47.619	32.450
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	47.619	32.450
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	213.700	237.315
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	213.700	237.315
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.749	22.602
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.749	22.602
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	42.346	18.447
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.403	4.155
1.01.07	Despesas Antecipadas	23	1.757
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.156	10.848
1.01.08.03	Outros	4.156	10.848
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	2.440	1.873
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.716	8.975
1.02	Ativo Não Circulante	3.330.658	3.385.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.222	176.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	158.222	176.852
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.386	-14.386
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	53.194	66.653
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	788
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	104.237	109.411
1.02.01.09.09	Outros Créditos	14.386	14.386
1.02.02	Investimentos	17.563	16.318
1.02.02.01	Participações Societárias	17.563	16.318
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	17.563	16.318
1.02.03	Imobilizado	3.105.033	3.142.381
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.972.515	2.931.091
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	404	392
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	132.114	210.898
1.02.04	Intangível	49.840	49.711
1.02.04.01	Intangíveis	49.840	49.711
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	47.090	48.423
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.750	1.288

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.910.538	4.130.033
2.01	Passivo Circulante	747.530	599.786
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.230	1.410
2.01.02	Fornecedores	54.748	66.996
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.748	66.996
2.01.03	Obrigações Fiscais	268.055	384.551
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	268.055	384.551
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	258.288	373.387
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	9.767	11.164
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	320.147	25.718
2.01.04.02	Debêntures	319.900	25.498
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	247	220
2.01.05	Outras Obrigações	43.593	67.527
2.01.05.02	Outros	43.593	67.527
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.235	27.673
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	13.991	15.710
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	14.067	11.099
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	13.300	13.045
2.01.06	Provisões	59.757	53.584
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.757	53.584
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	59.757	53.584
2.02	Passivo Não Circulante	1.250.223	1.576.171
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.058	898.455
2.02.01.02	Debêntures	598.822	898.219
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	236	236
2.02.02	Outras Obrigações	3.044	11.156
2.02.02.02	Outros	3.044	11.156
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	2.340	10.456
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	614	585
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	90	115
2.02.03	Tributos Diferidos	602.490	619.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	602.490	619.438
2.02.04	Provisões	45.631	47.122
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.631	47.122
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	45.631	47.122
2.03	Patrimônio Líquido	1.912.785	1.954.076
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.704	253.577
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.340	1.213
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	41.445	294.565
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	253.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	250.747	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.159.662	1.198.707

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	533.638	1.072.342	407.395	821.513
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-169.485	-325.376	-144.822	-262.711
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-37.244	-58.141	-24.912	-35.044
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-26.453	-52.777	-23.502	-46.300
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.389	-2.778	-1.279	-2.557
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-17.835	-36.574	-16.078	-32.059
3.02.07	Pessoal e Administradores	-18.587	-35.867	-16.811	-33.218
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-500	-952	-417	-800
3.02.09	Serviços de Terceiros	-16.349	-41.734	-14.717	-26.638
3.02.10	Material	-797	-1.734	-1.097	-1.834
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	43	0	-20
3.02.13	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	-807	-1.664	269	1.020
3.02.16	Depreciação e Amortização	-39.524	-78.841	-40.690	-81.312
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-10.000	-14.357	-5.588	-3.949
3.03	Resultado Bruto	364.153	746.966	262.573	558.802
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	467	1.245	1.105	2.271
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	467	1.245	1.105	2.271
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	364.620	748.211	263.678	561.073
3.06	Resultado Financeiro	-15.556	-25.959	-13.459	-24.488
3.06.01	Receitas Financeiras	7.886	19.104	11.523	28.632
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.442	-45.063	-24.982	-53.120
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.076	-42.140	-23.554	-48.595
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-3.366	-2.923	-1.428	-4.525
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	349.064	722.252	250.219	536.585
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-119.569	-246.513	-89.698	-182.712
3.08.01	Corrente	-122.433	-258.288	-92.079	-194.742
3.08.02	Diferido	2.864	11.775	2.381	12.030
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	229.495	475.739	160.521	353.873

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	229.495	475.739	160.521	353.873
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,57427	1,19044	0,40167	0,88550
3.99.01.02	PN	0,63169	1,30949	0,44184	0,97405
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,56138	1,16374	0,39266	0,86563
3.99.02.02	PN	0,61752	1,28011	0,43193	0,95220

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	229.495	475.739	160.521	353.873
4.03	Resultado Abrangente do Período	229.495	475.739	160.521	353.873

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	410.071	240.674
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	578.490	456.824
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	475.739	353.873
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	78.841	81.312
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	1.333	1.333
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	3.008	2.532
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-43	20
6.01.01.07	Provisão/Reversão de Litígios e Contingências	1.664	-1.020
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívida)	47.524	55.827
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-16.744	-23.445
6.01.01.11	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	61	620
6.01.01.13	Tributos e Contribuição Sociais Diferidos	-11.775	-12.030
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	127	73
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.245	-2.271
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-168.419	-216.150
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-15.169	-6.690
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	23.615	3.567
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-25.509	-30.560
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	1.752	-179
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	1.734	-3.834
6.01.02.09	Devedores Diversos	-567	-6.060
6.01.02.10	Outros Créditos	5.230	4.179
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-180	-38
6.01.02.12	Fornecedores	-12.248	-40.461
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-115.099	-113.973
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	2.824	3.003
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	25.538	35.071
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-1.690	-132
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	-5.877	-8.971
6.01.02.18	Pagamento de Litígios e Contingências	-601	-362
6.01.02.19	Outras Obrigações	273	2.365
6.01.02.20	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-52.445	-53.075
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	93.089	215.147
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-42.927	-72.362
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-905.384	-568.861
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.026.601	856.574
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	14.799	-204
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-546.954	-446.712
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-542.597	-442.421
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	-4.221	-4.184
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-136	-107
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.794	9.109
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.469	402
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	675	9.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	127	-253.120	-264.037	0	-517.030
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	127	0	0	0	127
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-264.037	0	-264.037
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-253.120	0	0	-253.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	475.739	0	475.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	475.739	0	475.739
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	39.045	-39.045	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	57.320	-57.320	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-18.275	18.275	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.704	41.445	250.747	1.159.662	1.912.785

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	73	-204.562	-212.296	0	-416.785
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	73	0	0	0	73
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-212.296	0	-212.296
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.562	0	0	-204.562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	353.873	0	353.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.873	0	353.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	37.886	-37.886	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	57.403	-57.403	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-19.517	19.517	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.523	41.445	179.463	1.236.432	1.918.090

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.132.717	864.627
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.132.650	864.631
7.01.02	Outras Receitas	24	16
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	43	-20
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-175.861	-115.940
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-116.867	-85.048
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.468	-28.472
7.02.04	Outros	-15.526	-2.420
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-15.526	-2.420
7.03	Valor Adicionado Bruto	956.856	748.687
7.04	Retenções	-78.841	-81.312
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.841	-81.312
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	878.015	667.375
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.349	30.903
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.245	2.271
7.06.02	Receitas Financeiras	19.104	28.632
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	898.364	698.278
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	898.364	698.278
7.08.01	Pessoal	30.468	28.571
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.313	21.414
7.08.01.02	Benefícios	4.782	5.809
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.352	1.348
7.08.01.04	Outros	21	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	346.769	262.297
7.08.02.01	Federais	346.599	262.205
7.08.02.02	Estaduais	148	90
7.08.02.03	Municipais	22	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.388	53.537
7.08.03.01	Juros	45.063	53.120
7.08.03.02	Aluguéis	325	417
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	475.739	353.873
7.08.04.02	Dividendos	246.244	193.352
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	229.495	160.521

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.911.519	4.130.717
1.01	Ativo Circulante	585.219	748.366
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	819	44.520
1.01.02	Aplicações Financeiras	272.676	397.420
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	272.676	397.420
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	272.676	397.420
1.01.03	Contas a Receber	261.806	270.203
1.01.03.01	Clientes	48.106	32.888
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	48.182	33.053
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-76	-165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	213.700	237.315
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	213.700	237.315
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.805	22.712
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.805	22.712
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	42.398	18.555
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.407	4.157
1.01.07	Despesas Antecipadas	45	1.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.068	11.745
1.01.08.03	Outros	5.068	11.745
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	2.440	1.873
1.01.08.03.03	Outros Créditos	2.628	9.872
1.02	Ativo Não Circulante	3.326.300	3.382.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.351	177.032
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	158.351	177.032
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.576	-14.576
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	53.323	66.833
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	788
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	104.237	109.411
1.02.01.09.09	Outros Créditos	14.576	14.576
1.02.03	Imobilizado	3.118.087	3.155.579
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.981.437	2.940.157
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	404	392
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	136.246	215.030
1.02.04	Intangível	49.862	49.740
1.02.04.01	Intangíveis	49.862	49.740
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	47.090	48.423
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.772	1.317

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.911.519	4.130.717
2.01	Passivo Circulante	748.505	600.464
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.231	1.413
2.01.02	Fornecedores	55.456	67.314
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	55.456	67.314
2.01.03	Obrigações Fiscais	268.146	384.699
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	268.146	384.699
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	258.358	373.491
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	9.788	11.208
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	320.147	25.718
2.01.04.02	Debêntures	319.900	25.498
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	247	220
2.01.05	Outras Obrigações	43.708	67.601
2.01.05.02	Outros	43.708	67.601
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.235	27.673
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	14.057	15.755
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	14.067	11.099
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	13.349	13.074
2.01.06	Provisões	59.817	53.719
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.817	53.719
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	59.817	53.719
2.02	Passivo Não Circulante	1.250.229	1.576.177
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.058	898.455
2.02.01.02	Debêntures	598.822	898.219
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	236	236
2.02.02	Outras Obrigações	3.050	11.162
2.02.02.02	Outros	3.050	11.162
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	2.340	10.456
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	614	585
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	96	121
2.02.03	Tributos Diferidos	602.490	619.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	602.490	619.438
2.02.04	Provisões	45.631	47.122
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.631	47.122
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	45.631	47.122
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.912.785	1.954.076
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.704	253.577
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.340	1.213
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	41.445	294.565
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	253.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	250.747	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.159.662	1.198.707

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	535.184	1.075.363	409.116	825.508
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-170.568	-327.058	-145.522	-264.464
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-37.482	-58.390	-24.969	-35.209
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-26.468	-52.806	-23.517	-46.328
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.391	-2.782	-1.282	-2.564
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-17.835	-36.574	-16.078	-32.059
3.02.07	Pessoal e Administradores	-18.713	-36.121	-16.915	-33.435
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-500	-952	-417	-800
3.02.09	Serviços de Terceiros	-16.948	-42.794	-15.103	-27.596
3.02.10	Material	-845	-1.801	-1.112	-1.892
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	132	0	-20
3.02.13	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	-814	-1.671	270	951
3.02.16	Depreciação e Amortização	-39.600	-79.026	-40.796	-81.526
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-9.972	-14.273	-5.603	-3.986
3.03	Resultado Bruto	364.616	748.305	263.594	561.044
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	364.616	748.305	263.594	561.044
3.06	Resultado Financeiro	-15.482	-25.918	-13.258	-24.220
3.06.01	Receitas Financeiras	7.967	19.261	11.704	28.961
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.449	-45.179	-24.962	-53.181
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.082	-42.239	-23.561	-48.707
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-3.367	-2.940	-1.401	-4.474
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	349.134	722.387	250.336	536.824
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-119.639	-246.648	-89.815	-182.951
3.08.01	Corrente	-122.503	-258.423	-92.196	-194.981
3.08.02	Diferido	2.864	11.775	2.381	12.030
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	229.495	475.739	160.521	353.873
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	229.495	475.739	160.521	353.873
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	229.495	475.739	160.521	353.873

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,57427	1,19044	0,40167	0,88550
3.99.01.02	PN	0,63169	1,30949	0,44184	0,97405
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,56138	1,16374	0,39266	0,86563
3.99.02.02	PN	0,61752	1,28011	0,43193	0,95220

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	229.495	475.739	160.521	353.873
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	229.495	475.739	160.521	353.873
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	229.495	475.739	160.521	353.873

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	411.737	243.053
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	579.714	458.969
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	475.739	353.873
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	79.026	81.526
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	1.333	1.333
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	3.026	2.448
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-132	20
6.01.01.07	Provisão/Reversão de Litígios e Contingências	1.671	-951
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	47.524	55.827
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-16.886	-23.770
6.01.01.11	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	61	620
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-11.775	-12.030
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	127	73
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-167.977	-215.916
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-15.129	-6.599
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	23.615	3.567
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-25.442	-30.514
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	1.750	-173
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	1.721	-3.838
6.01.02.09	Devedores Diversos	-567	-6.062
6.01.02.10	Outros Créditos	5.189	4.181
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-182	-39
6.01.02.12	Fornecedores	-11.858	-40.475
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-115.133	-113.963
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	2.801	2.984
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	25.640	35.189
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-1.669	-131
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	-5.877	-8.971
6.01.02.18	Pagamento de Litígios e Contingências	-683	-362
6.01.02.19	Outras Obrigações	292	2.365
6.01.02.20	Juros Pagos (Encargos de Dívida)	-52.445	-53.075
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	91.516	212.739
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-42.927	-72.413
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-908.573	-572.884
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.028.184	858.477
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	14.832	-441
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-546.954	-446.712
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-542.597	-442.421
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	-4.221	-4.184
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-136	-107
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.701	9.080
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.520	480
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	819	9.560

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	127	-253.120	-264.037	0	-517.030	0	-517.030
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	127	0	0	0	127	0	127
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-264.037	0	-264.037	0	-264.037
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-253.120	0	0	-253.120	0	-253.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	475.739	0	475.739	0	475.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	475.739	0	475.739	0	475.739
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	39.045	-39.045	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	57.320	-57.320	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-18.275	18.275	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.704	41.445	250.747	1.159.662	1.912.785	0	1.912.785

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002	0	1.981.002
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.007	0	1.274.318	1.981.002	0	1.981.002
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	73	-204.562	-212.296	0	-416.785	0	-416.785
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	73	0	0	0	73	0	73
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-212.296	0	-212.296	0	-212.296
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.562	0	0	-204.562	0	-204.562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	353.873	0	353.873	0	353.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.873	0	353.873	0	353.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	37.886	-37.886	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	57.403	-57.403	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-19.517	19.517	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.523	41.445	179.463	1.236.432	1.918.090	0	1.918.090

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.135.941	868.773
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.135.785	868.777
7.01.02	Outras Receitas	24	16
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	132	-20
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-177.176	-117.238
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-117.145	-85.241
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.595	-29.488
7.02.04	Outros	-15.436	-2.509
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-15.436	-2.509
7.03	Valor Adicionado Bruto	958.765	751.535
7.04	Retenções	-79.026	-81.526
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79.026	-81.526
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	879.739	670.009
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.261	28.961
7.06.02	Receitas Financeiras	19.261	28.961
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	899.000	698.970
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	899.000	698.970
7.08.01	Pessoal	30.682	28.752
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.501	21.576
7.08.01.02	Benefícios	4.796	5.819
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.364	1.357
7.08.01.04	Outros	21	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	347.066	262.739
7.08.02.01	Federais	346.892	262.638
7.08.02.02	Estaduais	152	99
7.08.02.03	Municipais	22	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.513	53.606
7.08.03.01	Juros	45.179	53.181
7.08.03.02	Aluguéis	334	425
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	475.739	353.873
7.08.04.02	Dividendos	246.244	193.352
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	229.495	160.521

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho da AES Tietê e controladas

Em milhares de reais

	1S12	1S11	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.075.363	825.508	30,3%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(327.058)	(264.464)	23,7%
RESULTADO DO SERVIÇO	748.305	561.044	33,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(25.918)	(24.220)	7,0%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	722.387	536.824	34,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(246.648)	(182.951)	34,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	475.739	353.873	34,4%

O lucro líquido para o período findo em 30 de junho de 2012 apresentou um aumento de R\$121.866 ou 34,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$249.855 ou 30,3% da receita operacional líquida, devido ao maior volume vendido de energia através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (5.672 GWh no 1S12 ante 5.034 GWh no 1S11), somado ao reajuste no preço deste contrato ocorrido em julho de 2011 (preço médio praticado de R\$ 173,68/MWh no 1S12 ante R\$ 159,85/MWh no 1S11), além do maior volume de energia vendida no MRE e Spot (3.092 GWh no 1S12 ante 2.275 GWh no 1S11) resultando em um aumento de R\$74.369 nesta receita. Em contrapartida, a Companhia incorreu em maiores despesas com Pesquisa e Desenvolvimento, Pis e Cofins em R\$17.161, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Aumento de R\$62.594 ou 23,7% dos custos e despesas operacionais principalmente relacionados:
 - (i) ao maior volume de energia comprada por contratos bilaterais (331 GWh no 1S12 ante 254 GWh no 1S11) e no MRE e Spot (1.280 GWh no 1S12 ante 452 GWh no 1S11), resultando em um aumento dos custos com energia comprada em R\$23.181;
 - (ii) As despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, que tiveram aumento de R\$6.478 ou 14,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao reajuste de 15,2% na TUST-rb (Usina de Água Vermelha) e ao reajuste médio de 10,7% na TUSD-g (demais usinas da Companhia), conforme definido pela ANEEL;
 - (iii) às despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram aumento de R\$4.515 ou 14,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo aumento de 7,1% do volume de energia gerado no período, além do reajuste de 6,6% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada em R\$ 72,87/MWh em janeiro de 2012

Comentário do Desempenho

- (iv) às despesas com materiais e serviços, que tiveram aumento de R\$15.107 ou 51,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à realização da manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava (aproximadamente R\$9.800), aos maiores gastos com consultoria para análises de viabilidade de expansão dos negócios da Companhia em R\$1.900, e aos maiores gastos com manutenção de equipamentos de geração da Usina de Barra Bonita em aproximadamente R\$2.000.
 - (v) às outras receitas e custos, as quais tiveram um aumento de despesa em R\$10.287, principalmente pelo efeito positivo e não recorrente no 1S11, referente ao ganho reconhecido de R\$4.468 do repasse das perdas de energia livre, após recálculo efetuado pela ANEEL, somado ao reconhecimento de perdas decorrentes da baixa de ativos ocorrida no 1S12, no montante de R\$5.317 (evento não recorrente).
- Impacto negativo relacionado à redução de R\$1.698 ou 7,0% do resultado financeiro, principalmente ocasionado:
- (i) pelas receitas financeiras, em que houve redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$17.456 no 1S12 ante R\$25.918 no 1S11) devido ao menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$372.965 no 1S12 ante R\$450.160 no 1S11) e redução da taxa média do CDI (de 11,54% a.a no 1S11 para 9,48% a.a no 1S12), além do efeito positivo não recorrente ocorrido no 1S11, quando registrou-se receita de R\$3.034 referente ao recebimento de crédito com o Banco Santos. Os efeitos acima mencionados foram compensados parcialmente pelas despesas financeiras e variações monetárias e cambiais conforme descritas a seguir.
 - (ii) pelas despesas financeiras, em que a Companhia incorreu em menores custos com empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$47.524 no 1S12 ante R\$55.827 no 1S11) devido à redução na taxa média do CDI, que passou de 11,54% a.a no 1S11 para 9,48% a.a no 1S12;
 - (iii) pelas variações monetárias e cambiais líquidas, principalmente nos encargos da TUSD-G, os quais a Companhia reconheceu até dezembro de 2011, quando quitou o acordo firmado entre geradoras, ANEEL e distribuidoras, gerando efeito positivo de R\$2.721 no 1S12.
- Aumento nas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$63.697 ou 34,8% devido ao resultado antes dos tributos atingido (34,6% maior que o mesmo período do ano anterior) ocasionado pelos fatores descritos nos itens anteriores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela AES Corporation (AES Corp.), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2012 foi aprovada a mudança da sede social da Companhia do Município de São Paulo (Rua Lourenço Marques, 158) para o Município de Barueri, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia é controladora da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas) e da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

A Companhia está vendendo para a coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física. O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina a atualização anual do preço de venda da energia pela variação do IGPM (vide nota explicativa nº 23).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Garantia física MW (*)
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
São José	2012	2	4	2
Total		35	2.658	1.278

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Notas Explicativas

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW (*).

Após a apresentação do Plano de Expansão, atualmente a Companhia aguarda decisão judicial de 1ª instância.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é tida como possível.

Novos Projetos

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoelétrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente de 550 MW (*).

O empreendimento, localizado no Município de Canas no Estado de São Paulo, teve sua Licença Prévia (LP) emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, questionando o procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da licença prévia, o que foi concedido pelo Judiciário. Em 15 de abril de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental emitida pela CETESB.

Em 23 de abril de 2012, a Companhia, voluntariamente, se deu por intimada e apresentou defesa no dia 27 de abril de 2012. Aguarda-se a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

A Companhia segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás e assinatura do Contrato de Venda de Energia.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade de 579 MW (*), a ser instalada no município de Araraquara, SP. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de

Notas Explicativas

negócios da AES. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Adicionalmente, contribuirão, também, para o cumprimento de tal obrigação, os projetos de 7 MW^(*) de geração hidrelétrica nas PCHs de São Joaquim e São José, além dos 10 MW^(*) de co-geração de biomassa contratados por quinze anos que teve seu início de suprimento em 2010.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR em 24 de julho de 2012.

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais - ITR (“informações contábeis” ou “informações contábeis intermediárias”) da Companhia, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem:

- a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

Notas Explicativas

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo para as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira, reconhecidos pelo seu valor justo, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.06.2012	31.12.2011
Controladas diretas:			
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	100%	100%
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	100%	100%

Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Considerando a irrelevância da participação de não-controladores, não foram apresentadas as informações relativas às participações dos acionistas não controladores.

3. Sumário das práticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.21 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	675	391	819	442
Operações compromissadas (I)	-	15.164	-	15.164
CDB-DI (I)	-	28.914	-	28.914
	675	44.469	819	44.520
Investimentos de curto prazo				
Operações compromissadas (I)	79.778	135.095	81.567	136.754
Certificado de depósitos bancários - CDB (I)	75.976	136.640	77.905	137.071
Fundos de investimentos (II)	113.204	123.595	113.204	123.595
	268.958	395.330	272.676	397.420
	269.633	439.799	273.495	441.940

- (I) O saldo de aplicações financeiras em 30 de junho de 2012 está representado, principalmente, por operações de CDB e Operações Compromissadas (*) com liquidez diária e com rentabilidade média no semestre de 102,12% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas nesse exercício em média a 102,49% do CDI.
- (II) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 30 de junho de 2012, os ativos desse plano eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.
- (*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

5. Consumidores e revendedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Contratos bilaterais	6.617	6.649	7.180	7.251
MRE e Spot	27.927	12.430	27.927	12.431
Energia livre (*)	13.075	13.371	13.075	13.371
Total	47.619	32.450	48.182	33.053

(*) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou novos saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes a energia livre estão condicionados à decisão do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL, respectivamente.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos:

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.293	2.314	(1.021)	(624)
Provisão para contingências fiscais	1.526	1.479	47	(788)
Provisão para contingências trabalhistas	2.030	1.723	307	(395)
Provisão para contingências cíveis	8.891	8.651	240	908
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	2.582	3.441	(859)	338
Provisões de meio ambiente	1.455	1.444	11	3
Ativo imobilizado - custo atribuído - CPC 27	(599.241)	(617.516)	18.275	19.517
Ativo intangível - uso do bem público	(16.011)	(16.464)	453	453
Outras	(5.015)	(4.510)	(504)	(1.956)
Subtotal	(602.490)	(619.438)	16.949	17.456
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(5.174)	(5.426)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			11.775	12.030
Tributos diferidos ativos	24.033	25.352		
Tributos diferidos passivos	(626.523)	(644.790)		
Passivo fiscal diferido líquido	(602.490)	(619.438)		
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido				
	30.06.2012	31.12.2011		
Saldo de abertura	(619.438)	(655.345)		
Efeito dos tributos diferidos no resultado do período	16.949	35.907		
Saldo final	(602.490)	(619.438)		

6.2 Estimativa de recuperação de créditos

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2011 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia. A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente com base no estudo submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Notas Explicativas

O regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social das controladas é o do lucro presumido, portanto não gerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, que são a base para o registro de impostos diferidos ativos ou passivos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2012	4.845	5.164	10.009
2013	3.478	9.917	13.395
2014	565	9.276	9.841
2015	2.641	8.635	11.276
2016	8.731	7.990	16.721
2017 a 2019	1.784	20.647	22.431
2020 a 2022	1.989	16.365	18.354
2023 a 2025	-	12.967	12.967
2026 a 2028	-	10.270	10.270
2029	-	3.006	3.006
Total	24.033	104.237	128.270

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 9.

6.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	30.06.2012		30.06.2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(189.912)	(68.511)	(143.312)	(51.669)
Diferido	8.620	3.155	8.808	3.222
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(181.292)	(65.356)	(134.504)	(48.447)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	722.387	722.387	536.824	536.824
Adições (exclusões):				
Doações	810	810	605	605
Outros	2.793	2.982	586	866
Subtotal	3.603	3.792	1.191	1.471
Base de cálculo	725.990	726.179	538.015	538.295
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(181.498)	(65.356)	(134.504)	(48.447)
Incentivos Fiscais	194	-	-	-
Outros	12	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(181.292)	(65.356)	(134.504)	(48.447)
Alíquota efetiva	25,1%	9,0%	25,1%	9,0%

Notas Explicativas

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a qual ainda não tem previsão.

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda a compensar	23.807	2.905	23.807	2.905
Contribuição social a compensar	12.318	104	12.318	104
Imposto de renda retido na fonte	6.221	15.438	6.273	15.546
Total	42.346	18.447	42.398	18.555
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS a compensar	277	2.194	277	2.194
Cofins a compensar	1.278	1.095	1.278	1.095
Outros tributos a compensar	848	866	852	868
Total	2.403	4.155	2.407	4.157
Total circulante	44.749	22.602	44.805	22.712
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS a compensar	791	788	791	788
Total não circulante	791	788	791	788

Notas Explicativas

7.2 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda a recolher	189.825	279.539	189.870	279.609
Contribuição social a recolher	68.463	93.848	68.488	93.882
Total	258.288	373.387	258.358	373.491
<u>Outros tributos a pagar</u>				
PIS a recolher	1.021	1.219	1.022	1.223
Cofins a recolher	4.712	5.626	4.716	5.642
Outros tributos a recolher	4.034	4.319	4.050	4.343
Total	9.767	11.164	9.788	11.208
Total circulante	268.055	384.551	268.146	384.699

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por base em estimativa mensal com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Circulante</u>				
Cauções e depósitos vinculados	514	2.554	1.428	3.451
Alienação de bens e direitos	659	5.981	659	5.981
Outros	543	440	541	440
Total	1.716	8.975	2.628	9.872
<u>Não Circulante</u>				
Banco Santos	14.386	14.386	14.386	14.386
Outros	-	-	190	190
Total	14.386	14.386	14.576	14.576

O saldo referente ao Banco Santos está 100% provisionado.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia ofereceu como garantia parte de seus investimentos no montante de R\$514. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

Notas Explicativas

9. Tributos a recuperar (não-circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30.06.2012			31.12.2011
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(527.307)	352.571	(174.736)	(170.170)
Subtotal	280.996	(188.992)	92.004	96.570
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Ágio gerado pela TP na aquisição da participação da Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(46.442)	30.652	(15.790)	(15.182)
Subtotal	35.978	(23.745)	12.233	12.841
Saldos em cada data-base (*)	316.974	(212.737)	104.237	109.411

(*) A estimativa de realização está demonstrada na nota explicativa nº 6.2.

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	109.411
Amortização de ágio	(15.733)
Reversão	10.559
Saldo em 30 de junho de 2012	104.237

Notas Explicativas

10. Investimentos

	Controladora	
	30.06.2012	31.12.2011
Investimento em controladas:		
AES Minas PCH Ltda.	13.843	12.321
AES Rio PCH Ltda.	1.393	1.670
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	17.563	16.318

Os investimentos em controladas são representados pela participação na AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha (três pequenas centrais hidrelétricas localizadas no Estado do Rio de Janeiro: Posse, Monte Alegre e São Sebastião).

AES Minas

	30.06.2012	31.12.2011
Quantidade de quotas do capital social	8.573.000	8.573.000
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	8.573	8.573
Valor do patrimônio líquido	13.843	12.321
Resultado do período	1.522	3.748
Dividendos declarados	-	(5.629)

Em 26 de abril de 2012, a Companhia, como vendedora, e a AES Minas PCH, na qualidade de interveniente anuente, firmaram contrato tendo por objeto a venda para a CEI – Energética Integrada LTDA., de 100% das quotas da AES Minas PCH. O valor acordado foi de R\$20.100. Esse valor deverá ser reduzido pelos valores do endividamento líquido e provisão para contingências registradas no balanço patrimonial na data de fechamento da operação. A concretização da venda está condicionada à anuência prévia da ANEEL.

Notas Explicativas

AES Rio

	30.06.2012	31.12.2011
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.393	1.670
Resultado do período	(277)	(598)

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio PCH Ltda. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW^(*).

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto através de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Consequentemente, foi constituída uma provisão para a redução ao provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil das terras onde seriam construídas as PCHs, os quais estão registrados ao seu provável valor de realização.

As autorizações das três PCHs já foram revogadas pela ANEEL e a Companhia vem estudando medidas a serem tomadas considerando as opções de mercado existentes no momento.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

11.1.1 A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora e Consolidado				
30.06.2012				31.12.2011
Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Controladora:				
	407.783	-	407.783	407.783
Terrenos				
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	2.887.897	(1.349.202)	1.538.695
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0%	644.161	(392.568)	251.593
Máquinas e equipamentos	4,0%	1.213.700	(441.820)	771.880
Veículos	10,0%	7.407	(4.200)	3.207
Linhas e redes - Equip. de Informática	21,4%	674	(270)	404
Móveis e utensílios e outros	6,7%	4.326	(2.287)	2.039
Imobilizado em serviço		5.165.948	(2.190.347)	2.975.601
Imobilizado em curso (I)		132.114	-	132.114
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado – Controladora		5.295.380	(2.190.347)	3.105.033
AES Minas PCH Ltda.:				
Imobilizado em serviço	3,3%	11.032	(2.110)	8.922
Imobilizado em curso		1.132	-	1.132
Total Imobilizado – Minas		12.164	(2.110)	10.054
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	-	3.000
Total Imobilizado – Rio		3.000	-	3.000
Total Consolidado		5.310.544	(2.192.457)	3.118.087
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço		5.176.980	(2.192.457)	2.984.523
Imobilizado em curso (I)		136.246	-	136.246
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado		5.310.544	(2.192.457)	3.118.087

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com desenvolvimento de novos projetos de expansão da capacidade de geração e por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

11.1.3 Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data-base de 30 de junho de 2012 equivalente a R\$3.104.629 (R\$3.141.989 em 31 de dezembro de 2011). O prazo da concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 1, é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 20 de dezembro de 1999.

11.1.4 Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

11.1.5 Obrigação de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tinha a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007, o que não foi possível devido a alterações significativas nas premissas originais.

11.1.6 Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

Notas Explicativas

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica será comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observada as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da Companhia está negociada através de contrato bilateral com sua coligada Eletropaulo.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais e a legislação vigente aplicáveis à Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 (“Contrato”), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(26.084)	(24.751)	(26.084)	(24.751)
Total do ativo intangível - uso do bem público	47.090	48.423	47.090	48.423
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	6.891	5.327	6.961	5.396
Amortização	(4.141)	(4.039)	(4.189)	(4.079)
Total dos outros intangíveis	2.750	1.288	2.772	1.317
Total intangível	49.840	49.711	49.862	49.740

A movimentação do Intangível é como segue:

	Controladora			Controladas	Consolidado
	Uso do Bem Público	Outros	Total	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2011	48.423	1.288	49.711	29	49.740
Amortização	(1.333)	(228)	(1.561)	(7)	(1.568)
Adição	-	1.690	1.690	-	1.690
Saldo em 30 de junho 2012	47.090	2.750	49.840	22	49.862

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<u>Circulante:</u>				
Energia de curto prazo e energia livre	13.294	7.146	13.521	7.169
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	8.109	8.014	8.114	8.019
Encargos de uso das demais instalações de transmissão - TUSDG	3.302	3.334	3.302	3.334
Materiais e serviços	30.043	48.502	30.519	48.792
Total	54.748	66.996	55.456	67.314

Notas Explicativas

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis está composto da seguinte forma:

13.1 Composição:

	Controladora	
	30.06.2012	31.12.2011
ENCARGOS DE DÍVIDAS		
Moeda nacional	21.130	26.722
Total	21.130	26.722
PRINCIPAL - CIRCULANTE		
Moeda nacional	300.217	220
Custos a amortizar	(1.200)	(1.224)
Total	299.017	(1.004)
PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE		
Moeda nacional	600.266	900.236
Custos a amortizar	(1.208)	(1.781)
Total	599.058	898.455
Total geral	919.205	924.173

13.2 Moeda nacional:

		30.06.2012					
Vencimento	Taxa Efetiva (% a.a.)	Dívida			Custo de transação a Amortizar		
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37% a.a.	21.130	299.970	600.030	(1.200)	(1.208)
Arrendamento mercantil (b)		9,82% a 11,00%	-	247	236	-	-
Total			21.130	300.217	600.266	(1.200)	(1.208)

		31.12.2011					
Vencimento	Taxa Efetiva (% a.a.)	Dívida			Custo de transação a Amortizar		
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37% a.a.	26.722	-	900.000	(1.224)	(1.781)
Arrendamento mercantil (b)		12,14% a 13,90%	-	220	236	-	-
Total			26.722	220	900.236	(1.224)	(1.781)

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

- (a) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie subordinada.

Foram emitidas 90.000 debêntures ao valor unitário de R\$10, totalizando uma emissão de R\$900.000 com prazo de vencimento em 60 meses, contados a partir de 01 de abril de 2010 (data de emissão). O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 3º ano. A remuneração é equivalente a taxa efetiva DI + 1,37% a.a.(taxa contratual de DI +1.20% a.a.) e é paga semestralmente.

Os custos de transação destas debêntures não conversíveis foram de R\$4.797. Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo de dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

As debêntures não conversíveis têm cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas até 30 de junho de 2012. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA da Companhia.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de junho de 2012 foram atendidos.

As debêntures não conversíveis emitidas são subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo a legislação vigente.

- (b) Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de junho de 2012, registrado pela Companhia era de R\$483 no passivo, e R\$404 no ativo. Esse arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$247 até um ano e R\$236 até quatro anos, não havendo pagamento acima de 4 anos.

Notas Explicativas

13.3 Distribuição por data de vencimento

Em 30 de junho de 2012, as parcelas não circulantes relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado		
	Principal	Custo a amortizar	Total
2013	216	(438)	(222)
2014	300.041	(609)	299.432
2015	300.009	(161)	299.848
	600.266	(1.208)	599.058

13.4 Movimentação da dívida

A movimentação da dívida é como segue:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Amortização / pagamentos	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2011				30.06.2012
Arrendamento Mercantil	456	89	74	(136)	483
Total	456	89	74	(136)	483
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	900.000	-	-	-	900.000
Debêntures - 1ª Emissão - Encargos	26.722	-	46.853	(52.445)	21.130
Debêntures - 1ª Emissão - Custo a amortizar	(3.005)	-	-	597	(2.408)
Total	923.717	-	46.853	(51.848)	918.722
	924.173	89	46.927	(51.984)	919.205

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Férias	5.243	5.287	5.280	5.319
13º Salário	1.358	-	1.368	-
Encargos sociais sobre férias e 13º Salário	2.422	1.789	2.438	1.802
Participação nos lucros	3.804	6.806	3.807	6.806
Bônus	1.164	1.828	1.164	1.828
Total Circulante	13.991	15.710	14.057	15.755
Assistência saúde pós-emprego	464	442	464	442
Bônus	150	143	150	143
Total Não Circulante	614	585	614	585

O passivo não circulante de R\$464 em 30 de junho de 2012 é o passivo atuarial referente à Lei 9.656/98, artigos nº 30 e nº 31, benefício a empregado que abrange assistência médica pós emprego, oferecido à funcionários desligados ou aposentados.

A avaliação atuarial foi realizada na data-base em 31 de dezembro de 2011 e efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais. Mensalmente, são apurados no resultado do período, os valores referentes ao custo do serviço e juros do passivo atuarial.

Notas Explicativas

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais *déficits* (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/09.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes no encerramento do exercício social, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2011.

De acordo com a última avaliação atuarial, há um saldo líquido de ativo atuarial em 31 de dezembro de 2011. De acordo com Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou a CPC 33 Benefícios a empregados, em seu item 59, um ativo atuarial somente deve ser registrado quando for claramente evidenciado que a patrocinadora controla aquele ativo e poderá utilizá-lo para reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou obter reembolso no futuro. Desta forma, não existem ativos e passivos atuariais reconhecidos em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

16. Provisão para pesquisas e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	12.336	9.281
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.409	1.446
Ministério das Minas e Energia	322	372
Total - circulante	14.067	11.099
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	2.340	10.456
Total - não circulante	2.340	10.456

A movimentação das provisões no período é como segue:

	Pesquisa e Desenvolvimento	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	Ministério das Minas e Energia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.737	1.446	372	21.555
Adições	4.290	4.290	2.143	10.723
Atualização monetária	729	-	-	729
Pagamentos/Aplicações	(10.080)	(4.327)	(2.193)	(16.600)
Saldo em 30 de junho de 2012	14.676	1.409	322	16.407

17. Provisões para litígios e contingências

17.1 Provisões para litígios e contingências com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para litígios estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Provisões para litígios e contingências		Cauções e depósitos vinculados (*)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	5.972	5.069	1.369	1.292
Pis/Cofins (b)	53.771	52.740	50.332	63.926
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	10.609	8.698	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.278	4.248	-	-
Cível Despacho 288 (e)	24.715	24.138	-	-
Cível (e)	1.436	1.306	-	-
Imposto de renda (f)	4.607	4.507	1.493	1.435
Total	105.388	100.706	53.194	66.653
Total circulante	59.757	53.584	-	-
Total não-circulante	45.631	47.122	53.194	66.653

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Provisões para litígios e contingências		Cauções e depósitos vinculados (*)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	6.032	5.204	1.498	1.472
Pis/Cofins (b)	53.771	52.740	50.332	63.926
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	10.609	8.698	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.278	4.248	-	-
Cível Despacho 288 (e)	24.715	24.138	-	-
Cível (e)	1.436	1.306	-	-
Imposto de renda (f)	4.607	4.507	1.493	1.435
Total	105.448	100.841	53.323	66.833
Total circulante	59.817	53.719	-	-
Total não-circulante	45.631	47.122	53.323	66.833

(*) Cauções e depósitos vinculados estão contabilizados no ativo não circulante.

A movimentação do saldo de litígios e contingências é como segue:

	Trabalhista	Repasse Itaipú	Provisão Meio Ambiente	Cível Despacho 288	Cível	Tributárias	Total Controladora	Controladas - Trabalhistas	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.069	8.698	4.248	24.138	1.306	57.247	100.706	135	100.841
Provisão	1.285	-	127	-	-	-	1.412	-	1.412
Atualização monetária / cambial	257	1.911	-	577	130	1.131	4.006	4	4.010
Reversão de provisão	(39)	-	(96)	-	-	-	(135)	3	(132)
Pagamentos	(600)	-	(1)	-	-	-	(601)	(82)	(683)
Saldo em 30 de junho de 2012	5.972	10.609	4.278	24.715	1.436	58.378	105.388	60	105.448

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas acima.

- Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas pela Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.
- A Companhia propôs medidas judiciais com o objetivo de questionar judicialmente: I) a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; e II) o aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS. Sobre referidos processos, importante relatar:

Notas Explicativas

b.1) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança para assegurar o direito líquido e certo de proceder ao recolhimento do PIS nos moldes previstos pela Lei Complementar 7/70 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores em discussão e efetuar a compensação dos valores indevidamente pagos. Em junho de 2007, foi proferida decisão desfavorável ao Recurso Extraordinário que visava a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS, tal como realizado pela Lei nº 9.718/98. Nesta decisão, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) se declarou incompetente para apreciação do pedido de compensação de valores indevidamente pagos da exação, por não se tratar de matéria estritamente constitucional. Contudo, o STF, ainda que incompetente para a análise do mérito, reconheceu bons argumentos jurídicos sustentados pela Companhia. Em 20 de julho de 2007, referida decisão foi publicada. Em 25 de julho de 2007, em face da referida decisão, a Companhia interpôs Agravo Regimental.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal, a Administração da Companhia registrou provisão no montante de R\$1.963, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$1.924 em 31 de dezembro de 2011), a qual possui depósito judicial.

b.2) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança que assegure o direito líquido e certo de recolher a COFINS nos termos da Lei Complementar nº 70/91 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores controversos (3% sobre a receita financeira e outras receitas, bem como a majoração de 1% sobre o faturamento) e ver suspensa a exigibilidade do crédito tributário dos valores em discussão. Com relação à discussão do aumento da alíquota das contribuições, a Companhia constituiu provisão por se tratar de obrigação legal. Em 05 de março de 2007 houve trânsito em julgado com relação ao mérito desfavorável à Companhia.

A partir disso, a Companhia passou a discutir diferenças no cálculo dos valores depositados, haja vista que, segundo cálculos da Companhia, os valores depositados superam o valor do débito. Em 23 de janeiro de 2009, foi publicada decisão intimando a Companhia a se manifestar sobre os cálculos apresentados pela União Federal, o que foi cumprido.

Notas Explicativas

A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, bem como considerando o trânsito em julgado da decisão, definiu que a probabilidade de reforma da decisão em desfavor da Companhia é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal e que ainda permanece uma controvérsia em relação ao montante depositado, a Administração da Companhia mantém registrada uma provisão no montante de R\$51.808 (R\$50.816 em 31 de dezembro de 2011), no qual possui depósito judicial. A parcela da provisão correspondente à decisão do aumento da base de cálculo da COFINS, no valor de R\$11.425, foi revertida em setembro de 2007 e em 25 de maio de 2012 a Companhia registrou o resgate do depósito judicial referente a este mérito no montante de R\$14.842.

- c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito ex nunc da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valerá para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$10.609 (R\$8.698 em 31 de dezembro de 2011).
- d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
 - d.1) Existem 338 processos de ações cíveis públicas versando sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O acionamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria através de indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia para 278 demandas, já que as demais 60 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado

Notas Explicativas

relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.685 (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2011).

- d.2) Em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a AES Tietê efetive o reflorestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça – UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reflorestamento dentro da área de Concessão da Companhia (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da Companhia (aproximadamente 70 metros). A partir dessa avaliação de risco foi reconhecida provisão de R\$2.593 para a efetivação do reflorestamento ainda pendente no Município de Mendonça – UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares). A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, registrou provisão para os valores das demandas acima referidas.
- e) A Administração da Companhia, com base nos pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Dentre essas há um processo no qual a AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou a operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva re-contabilização repercutir na Companhia, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$24.715 (R\$24.138 em 31 de dezembro de 2011). Em 29 de junho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância. Aguarda-se a propositura do recurso da AES Sul.
- f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada sobre as compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ relativos aos anos de 2001 e 2002, bem como quanto aos débitos de IRPJ de 2003 e 2004 e de CSLL de 2003, os quais não foram homologados pela Receita Federal. As razões da Receita Federal estão baseadas na incerteza quanto à existência dos créditos tributários compensados, pois, no entendimento da Receita Federal, a composição dos créditos tributários informados nos pedidos de compensação não corresponde às informações constantes dos documentos fiscais da Companhia (DIPJ). A soma dos créditos tributários envolvidos nos 5 (cinco) pedidos de compensação mencionados acima perfaz o valor de R\$117.002, atualizados até 30 de

Notas Explicativas

junho de 2012 (R\$116.558 em 31 de dezembro de 2011). Atualmente, aguarda-se decisão dos recursos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Contudo, após análise dos assessores legais da Companhia, foi apurado que apenas o montante de R\$4.607, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$4.507 em 31 de dezembro de 2011) representaria um risco efetivo para a Companhia, sendo suas chances de perda classificadas como prováveis.

17.2 Litígios e contingências com probabilidade de perda classificada como possível

A seguir apresentamos um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração da Companhia. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de seus valores serem irrelevantes. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Controladora	Controladora
	30.06.2012	31.12.2011
Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
Compensações de IRPJ e CSLL	112.395	112.051
Trabalhista - Sindicatos (*)	11.553	10.900
Auto de infração - ágio	113.472	111.300

(*) Reclassificada para remota

17.2.1 Recomposição de danos ambientais

Refere-se a 4 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios.

Em 01 ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a AES Tietê (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. O risco de perda relacionado a essa ação permanece possível.

As demais 3 ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a Companhia realize programas

Notas Explicativas

de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

17.2.2 Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, há 5 despachos decisórios pela Receita Federal movidos contra a Companhia, não homologando compensações de tributos federais (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL).

A soma dos valores envolvidos em decorrência dos despachos acima perfaz em 30 de junho de 2012 a quantia de R\$117.002. Com base na análise de seus assessores legais, a Companhia efetuou provisão no montante de R\$4.607 (atualizados até 30 de junho de 2012), considerando a probabilidade de perda para a parcela não provisionada de R\$112.395 como possível.

17.2.3 Trabalhista - Sindicatos

Em outubro de 2011 o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo moveu contra a Companhia ação trabalhista pleiteando adicional de periculosidade para todos os empregados lotados no prédio administrativo, Edifício Blue Diamonds (“Brasiliana”). O processo ainda está em fase inicial, com audiência inicial marcada para junho de 2012. A administração da Companhia, baseando-se em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é classificada como possível, não tendo registrado provisão. O valor do processo estimado é de R\$11.553, posição em 30 de junho de 2012 (R\$10.900 em 31 de dezembro de 2011). Em abril de 2012 a Companhia obteve decisão favorável, que está pendente de recurso interposto pelo Sindicato. Desta forma, a probabilidade de perda para este processo foi reclassificada de possível para remota.

17.2.4 Auto de infração - ágio

Em 24 de novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal visando a cobrança de R\$113.472 (atualizados até 30 de junho de 2012), relativos ao IRPJ e CSLL supostamente devidos em razão da dedutibilidade do ágio registrado pela Companhia na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda.. Vale esclarecer que o ágio deduzido do resultado tributável da Companhia decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A.,

Notas Explicativas

razão social anterior da Companhia, quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. No exclusivo entendimento da Receita Federal, o ágio registrado pela Companhia não poderia ter sido utilizado, pois a reestruturação societária acima mencionada teria tido a exclusiva finalidade de utilizar este benefício tributário. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou recurso contra a mencionada autuação, o qual ainda aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas como possíveis.

Cartas de fiança e caução

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	3	3.411	1.4%
Compra de energia	8	24.298	0,75% a 1,0%
		27.709	

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias (equivalente a 197.461.211 ações ordinárias) e R\$2.216.740 em ações preferenciais (equivalentes a 183.792.282 ações preferenciais). A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado da Companhia é de R\$207.227, o qual está representado por 381.253 mil ações, sendo 197.461 mil ações ordinárias e 183.792 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, respectivamente.

Notas Explicativas

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - nota explicativa nº 9 e item 18.2.1 a seguir.

No semestre findo em 30 de junho de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

A seguir está apresentada a composição acionária em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Acionistas	30.06.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35	140.882.909	71,35
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08	150.534	0,08
Outros	56.427.768	28,58	56.427.768	28,58
Total das ações	197.461.211	100,00	197.461.211	100,00

Acionistas	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Companhia Brasileira de Energia	59.447.093	32,34	59.447.091
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38	30.107.688	16,38
Outros	94.237.501	51,27	94.237.503	51,27
Total das ações	183.792.282	100,00	183.792.282	100,00

18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	30.06.2012	31.12.2011
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (18.2.1)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (18.2.2)	1.340	1.213
Total	253.704	253.577
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (18.2.3)	1.159.662	1.198.707
Total	1.159.662	1.198.707
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (18.2.4)	41.445	41.445
Total	41.445	41.445
<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>		
Total	-	253.120

Notas Explicativas

- 18.2.1 A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. A Companhia Brasileira de Energia incorporou a Tietê Empreendimentos S.A. e a AES Tietê Participações S.A.
- 18.2.2 É composta por outorga de opção de compra de ações da AES Corp. aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da AES Corp. após o aporte de recursos através da entrega da ações aos colaboradores da Companhia.
- 18.2.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como Tributos e Contribuições sociais diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.
- 18.2.4 Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

18.3 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em dezembro de 2011, de acordo com o disposto no parágrafo 3º. do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$253.120, correspondente a R\$0,63 por ação ordinária e R\$0,70 por ação preferencial. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “Proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012 foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 15 de maio de 2012. Adicionalmente, foi aprovada a data do pagamento dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2011, que também ocorreu em 15 de maio de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 03 de maio de 2012, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários relativos ao lucro apurado no 1º trimestre de 2012 no montante de R\$264.037, correspondente a R\$0,66 por ação ordinária e R\$0,73 por ação preferencial. Estes dividendos foram pagos em 25 de maio de 2012.

19. Lucro por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito nota explicativa nº 18, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada em favor de sua controladora, a Brasiliana, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de junho de 2012, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela assembléia de acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 46,39%.

Notas Explicativas

19.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011:

	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011
Numerador:				
Lucro líquido do período	229.495	475.739	160.521	353.873
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias *	197.461	197.461	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais *	183.792	183.792	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171	202.171	202.171
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632	399.632	399.632
Lucro básico por ação				
Lucro básico por ação ordinária	0,5743	1,1904	0,4017	0,8855
Lucro básico por ação preferencial	0,6317	1,3095	0,4418	0,9740

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro atribuível aos acionistas

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.04.2012 a 30.06.2012	113.395	116.100	229.495
01.01.2012 a 30.06.2012	235.066	240.673	475.739
01.04.2011 a 30.06.2011	79.315	81.206	160.521
01.01.2011 a 30.06.2011	174.851	179.022	353.873

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador (nota explicativa nº 18.2.1) Companhia Brasileira de Energia (incorporadora da Tietê Empreendimentos S.A. e da AES Tietê Participações S.A.), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 30 de junho de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora AES Corp., além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011:

	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011
Numerador:				
Lucro líquido do período	229.495	475.739	160.521	353.873
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias **	202.318	202.318	202.318	202.318
Média ponderada do número de ações preferenciais **	187.713	187.713	187.713	187.713
Lucro diluído por ação				
Lucro diluído por ação ordinária	0,5614	1,1637	0,3927	0,8656
Lucro diluído por ação preferencial	0,6175	1,2801	0,4319	0,9522

(**) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de junho de 2012.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.04.2012 a 30.06.2012	113.578	115.917	229.495
01.01.2012 a 30.06.2012	235.445	240.294	475.739
01.04.2011 a 30.06.2011	79.442	81.079	160.521
01.01.2011 a 30.06.2011	175.133	178.740	353.873

Notas Explicativas

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	01.04.2012 a 30.06.2012		01.01.2012 a 30.06.2012		01.04.2011 a 30.06.2011		01.01.2011 a 30.06.2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Geração própria e outras:								
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	2.793.052	485.097	5.671.713	985.063	2.508.042	400.910	5.033.889	804.667
Contratos bilaterais	127.608	19.423	280.876	37.646	82.704	11.440	178.534	24.411
MRE e Spot	1.265.275	59.433	3.090.423	109.941	1.260.859	16.319	2.272.297	35.553
Outras receitas	-	24	-	24	-	1	-	16
Receita operacional bruta – Controladora	4.185.935	563.977	9.043.012	1.132.674	3.851.605	428.670	7.484.720	864.647
P&D, FNDCT e EPE	-	(5.336)	-	(10.723)	-	(4.074)	-	(8.215)
PIS e Cofins	-	(25.003)	-	(49.609)	-	(17.201)	-	(34.919)
Receita operacional líquida – Controladora	4.185.935	533.638	9.043.012	1.072.342	3.851.605	407.395	7.484.720	821.513
AES Minas PCH Ltda.:								
Contrato bilateral	7.702	1.680	16.875	3.069	9.967	1.699	22.508	4.061
PIS e Cofins	-	(58)	-	(114)	-	(65)	-	(151)
MRE e Spot	(555)	(76)	1.767	66	3.056	87	2.798	85
Receita operacional líquida – Consolidado	4.193.082	535.184	9.061.654	1.075.363	3.864.628	409.116	7.510.026	825.508
Energia elétrica comprada:								
Contratos bilaterais	200.053	31.683	331.251	43.785	198.584	23.732	254.132	30.990
MRE e Spot	293.658	5.105	1.278.414	15.447	227.828	2.941	442.039	6.696
Encargos de transmissão	-	25.726	-	51.322	-	22.839	-	44.974
Encargos de conexão	-	727	-	1.455	-	663	-	1.326
PIS e Cofins	-	(4.192)	-	(5.949)	-	(2.506)	-	(3.704)
Outros	-	4.648	-	4.858	-	745	-	1.062
Total – Controladora	493.711	63.697	1.609.665	110.918	426.412	48.414	696.171	81.344
AES Minas PCH Ltda.:								
MRE e Spot	883	238	1.782	249	5.141	57	9.827	165
Encargos de transmissão	-	15	-	29	-	15	-	28
Total – Consolidado	494.594	63.950	1.611.447	111.196	431.553	48.486	705.998	81.537

(*) Dados não revisados pelos auditores independentes.

21. Outras receitas e custos

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011
Doações	426	810	266	605	426	810	266	605
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	670	1.333	670	1.333	670	1.333	670	1.333
Seguros	2.279	4.020	1.793	3.335	2.283	4.029	1.802	3.352
Ganhos no recebimento de energia livre (nota nº 5)	-	-	950	(4.468)	-	-	950	(4.468)
(Ganhos) e Perdas na alienação de bens e direitos	5.322	5.317	(58)	(124)	5.322	5.317	(58)	(124)
Outros Custos	1.303	2.877	1.967	3.268	1.271	2.784	1.973	3.288
Total	10.000	14.357	5.588	3.949	9.972	14.273	5.603	3.986

22. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011
Receitas financeiras								
Aplicações financeiras e investimentos de curto prazo	7.626	17.300	11.520	25.591	7.708	17.456	11.700	25.918
Operação Banco Santos	-	-	-	3.034	-	-	-	3.034
Outras	260	1.804	3	7	259	1.805	4	9
Total	7.886	19.104	11.523	28.632	7.967	19.261	11.704	28.961
Despesas financeiras								
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.994)	(47.524)	(28.283)	(55.827)	(21.994)	(47.524)	(28.283)	(55.827)
Juros transferidos para o custo das imobilizações em curso	2.715	6.547	5.006	8.504	2.715	6.547	5.006	8.504
Outras	(797)	(1.163)	(277)	(1.272)	(803)	(1.262)	(284)	(1.384)
Total	(20.076)	(42.140)	(23.554)	(48.595)	(20.082)	(42.239)	(23.561)	(48.707)
Variações monetárias e cambiais, líquidas								
Encargos de uso demais instal. de transmissão – TUSDG	-	(17)	(1.148)	(2.738)	-	(17)	(1.148)	(2.738)
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú - nota 17	(2.616)	(1.911)	888	1.380	(2.616)	(1.911)	888	1.380
Pesquisa e desenvolvimento	(305)	(729)	(603)	(1.279)	(305)	(729)	(603)	(1.279)
Outras	(445)	(266)	(565)	(1.888)	(446)	(283)	(538)	(1.837)
Total	(3.366)	(2,923)	(1,428)	(4,525)	(3,367)	(2,940)	(1,401)	(4,474)

Notas Explicativas

23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle da comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora da Eletropaulo.

Atualmente o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 87% (93% em 30 de junho de 2011) do seu faturamento bruto.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado a abaixo:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
Ativo Circulante		
Contas a receber de partes relacionadas		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral	213.700	237.315
	213.700	237.315
Passivo Circulante		
Contas a pagar a partes relacionadas		
Companhia Brasileira de Energia:		
Juros sobre capital próprio	-	13.189
AES Sul Distribuidora Gaúcha		
Despacho 288 (nota 17.1 e)	24.715	24.138
	24.715	37.327
	30.06.2012	30.06.2011
Transações:		
Receita operacional:		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral (nota nº 20)	985.063	804.667
Despesa Operacional		
AES Sul Distribuidora Gaúcha		
Despacho 288 (nota 17.1 e)	(577)	(2.694)

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006

Notas Explicativas

correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O preço médio no semestre findo em 30 de junho de 2012 é de R\$173,68/MWh (30 de junho de 2011 - R\$159,85/MWh).

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado			
	01.04.2012 a 30.06.2012	01.01.2012 a 30.06.2012	01.04.2011 a 30.06.2011	01.01.2011 a 30.06.2011
Benefícios de curto prazo (a)	1.377	2.768	1.244	2.571
Benefícios pós-emprego (b)	63	127	60	121
Outros benefícios de longo prazo (c)	70	133	51	104
Pagamento baseado em ações (d)	65	127	30	73
Total	1.575	3.155	1.385	2.869

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela AES Corp, não havendo ônus para a Companhia.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela AES Corp.

Notas Explicativas

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

- Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 4;
- Investimentos de curto prazo - nota explicativa nº 4;
- Revendedores - nota explicativa nº 5;
- Contas a receber de partes relacionadas - nota explicativa nº 23;
- Cauções e depósitos vinculados - nota explicativa nº 17;
- Fornecedores - nota explicativa nº 12;
- Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados; e
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida - nota explicativa nº 13.

24.2 Síntese dos instrumentos financeiros por categoria

Controladora				
30.06.2012				
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	-	675	-	675
Investimentos de curto prazo	-	268.958	-	268.958
Consumidores e revendedores (*)	47.619	-	-	47.619
Contas a receber de partes relacionadas (*)	213.700	-	-	213.700
Cauções e depósitos vinculados (*)	53.194	-	-	53.194
Total Ativo	314.513	269.633	-	584.146
PASSIVO				
Fornecedores (*)	-	-	54.748	54.748
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	-	-	919.205	919.205
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados (*)	-	-	2.235	2.235
Total Passivo	-	-	976.188	976.188
Controladora				
31.12.2011				
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	-	44.469	-	44.469
Investimentos de curto prazo	-	395.330	-	395.330
Consumidores e revendedores (*)	32.450	-	-	32.450
Contas a receber de partes relacionadas (*)	237.315	-	-	237.315
Cauções e depósitos vinculados (*)	66.653	-	-	66.653
Total Ativo	336.418	439.799	-	776.217
PASSIVO				
Fornecedores (*)	-	-	66.996	66.996
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	-	-	924.173	924.173
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados (*)	-	-	27.673	27.673
Total Passivo	-	-	1.018.842	1.018.842

(*) Os valores contábeis destas rubricas se aproximam do valor justo.

Notas Explicativas

24.3 Valor justo e mensuração

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

Controladora					
30.06.2012					
Valor contábil	Valor de mercado	Mensuração			
		Nível I	Nível II	Nível III	
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	675	675	675	-	-
Investimentos de curto prazo	268.958	268.958	-	268.958	-
Total Ativo	269.633	269.633	675	268.958	-
PASSIVO					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	919.205	914.919	-	919.205	-
Total Passivo	919.205	914.919	-	919.205	-

Controladora					
31.12.2011					
Valor contábil	Valor de mercado	Mensuração			
		Nível I	Nível II	Nível III	
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	44.469	44.469	391	44.078	-
Investimentos de curto prazo	395.330	395.330	-	395.330	-
Total Ativo	439.799	439.799	391	439.408	-
PASSIVO					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida (líquidos dos custos a amortizar)	924.173	931.013	-	924.173	-
Total Passivo	924.173	931.013	-	924.173	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de I a III, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Notas Explicativas

24.4 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros (Controladora)

24.4.1 Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos sobre o rendimento dos investimentos de curto prazo e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

24.4.1.1 Análise dos investimentos e equivalentes de caixa

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Selic / CDI	4,17%	6,25%	8,33%	10,41%	12,50%
Posição em 30.06.2012					
Investimentos de curto prazo	268.958				

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Equivalentes de caixa	CDI	-	-	-	-	-
Investimentos de curto prazo	CDI	11.202	16.803	22.404	28.005	33.606

24.4.1.2 Análise das dívidas

Taxa de Juros nominal	Saldo de principal em 2012 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2012/2013					
		Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
		Queda			Aumento		
		de 50%	de 25%	de 25%	de 50%		
CDI		4,17%	6,25%	8,33%	10,41%	12,50%	
Debêntures - 1ª Emissão	CDI + 1,20% a.a.	900.000	48.780	67.725	86.670	105.614	124.650

(*) Refere-se ao principal da dívida, sem considerar encargos.

24.4.2 Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

Notas Explicativas

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações financeiras, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado e monitorado pelo comitê de auditoria da AES Corporation, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

24.4.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

24.4.3.1 Risco de crédito

a) Contas a receber

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

As vendas de energia são efetuadas para a coligada Eletropaulo (aproximadamente 87% do total da receita bruta) e outros clientes (aproximadamente 13% do total da receita bruta). As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Eventuais inadimplências nos contratos de venda para os demais clientes, estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

b) Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

24.4.3.2 Riscos de mercado de instrumentos financeiros

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como preços de venda de energia, taxas de juros e outros indexadores, conforme demonstrados a seguir:

24.4.3.3 Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida para a distribuidora está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no semestre findo em 30 de junho de 2012 - R\$173,68/MWh e no semestre findo em 30 de junho de 2011 - R\$159,85/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e a partir dessa data essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Notas Explicativas

A Companhia vem implementando, durante e após a vigência do contrato bilateral com a Eletropaulo, sua estratégia comercial, de modo a capturar as melhores oportunidades de negócio para a comercialização de sua energia. A regulamentação vigente permite à Companhia alocar sua energia no Mercado Regulado, através de leilões de energia existente, ou no Mercado Livre, através de contratos bilaterais livremente negociados com clientes livres ou comercializadoras de energia ao longo dos próximos anos.

24.4.3.4 Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a juros contratuais de 1,20% ao ano mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) enquanto o preço do Contrato de Compra e Venda de Energia com a AES Eletropaulo, por sua vez, é indexado à variação do Índice Geral de Preços - Mercado (“IGP-M”). Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação de ambos os indicadores.

24.4.3.5 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas bem como a operacionalização e controle destas posições. Os vencimentos contratuais relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados na nota explicativa nº 13.3.

24.4.4 Outros riscos de mercado

24.4.4.1 Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 89% de geração hidráulica, portanto a falta de água pode gerar um risco sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

24.4.4.2 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas

24.4.5 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

24.4.6 Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(919.205)	(924.173)	(919.205)	(924.173)
Caixa e equivalentes de caixa	675	44.469	819	44.520
Investimentos de curto prazo	268.958	395.330	272.676	397.420
Dívida líquida	(649.572)	(484.374)	(645.710)	(482.233)
Patrimônio líquido	(1.912.785)	(1.954.076)	(1.912.785)	(1.954.076)
Patrimônio líquido e dívida líquida	34%	25%	34%	25%

25. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e suas controladas são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas (“UHE”) e nove pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

26. Seguros

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2012	01/04/2013	1.780.000
Vida em grupo	01/11/2011	01/11/2012	25 X salário
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2012	01/06/2013	30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2011	31/08/2012	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

O escopo dos trabalhos dos auditores não inclui revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Outras Informações que a Companhia Entenda RelevantesImposto de renda e contribuição social

Durante o primeiro semestre de 2012 e 2011 a Companhia efetuou pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 396.376 e R\$ 330.921, respectivamente.

Durante o primeiro semestre de 2012 e 2011 a Companhia e suas controladas efetuaram pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 396.456 e R\$ 331.209, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Tietê S.A.
Barueri – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes as demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 24 de fevereiro de 2012 e 02 de agosto de 2011, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 24 de julho de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2012.

Barueri, 24 de julho de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Arturo Henrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Sheilly Caden Contente
Diretora

Cibele Castro
Diretora

Olivier Robert Jean Marquette
Diretor

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2012.

Barueri, 24 de julho de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Arturo Henrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Sheilly Caden Contente
Diretora

Cibele Castro
Diretora

Olivier Robert Jean Marquette
Diretor

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade